

Cuidado! Urubus na cruz

Marcos Kruse

Ad magister E. OSSEWAARDE offero.

Superbus spernit quae nequit assequi. Vulpes coacta fame appetebat saliens summis viribus uvam in alta vinea; quam ut non potuit tangere, ait discedens: Nondum est matura; nolo sumere acerbam. Qui elevant verbis quae non possunt facere, debebunt adscribere sibi hoc exemplum.

1 — Igreja e ideologia

Certo dia, num passado não muito remoto, voltava eu de atividade pastoral, quando observei, postados tranqüilamente na cruz da torre, um de cada lado do travão horizontal do único templo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em Maringá (PR), dois enormes urubus. Coisa de se estranhar, pois urubus no centro de uma cidade como Maringá não são algo muito comum. Aliás, vi-os apenas naquela vez. Esta visão incomodou muito e desencadeou em mim um processo de reflexão que culmina com esta pequena contribuição à ontologia eclesial. Neste momento, é bom que se faça uma advertência ao leitor para que considere que o autor da presente não é mais pastor¹, de modo que, de antemão, pede escusas por um tratamento não tão pastoral de um tema tão importante como é a *Igreja*. *A priori*, o autor escreve sob uma perspectiva “leiga” com a qual está tentando se acostumar.

Voltemos aos urubus. Penso eu que, se estivéssemos ainda na Idade Média, urubus postados na cruz de um templo seriam indícios de maus presságios. Isto porque os urubus espreitam à espera dos cadáveres. Haverá imagem mais ilustrativa e significativa referente a cadáveres do que os abençoados urubus? Isto nos induz a uma reflexão sobre a Igreja, sua essência, o âmago de seu ser. Igreja que tem de aprender a conviver com urubus sem ceder à tentação de ignorá-los, crendo, confiando e racionalizando que é eterna e sobre ela não prevalecerão as portas do inferno².

Este pequeno artigo é uma reflexão eclesiológica. Quer pensar cristologicamente a Igreja. Isto porque a Igreja pretende ser uma realidade cristológica. A Igreja quer se referir a Cristo como seu *sine qua non* ontológico. O ponto referencial da Igreja permanece sendo Cristo, ou de modo mais específico, Jesus de Nazaré³, personagem morto e crucificado *pro nobis*, conforme reza a cartilha dos

credos. Grandes dificuldades estão encravadas nesta relação, aparentemente tão simples e inocente, entre Jesus e a Igreja. Isto porque a Igreja não é unívoca⁴. Fala de Jesus de modos completamente diferentes e até mesmo contraditórios. Óbvio se torna aqui que não podemos falar em Igreja exclusivamente no contexto denominacional. Igreja não é denominação, é o conjunto dos crentes em todo o mundo. Igreja é, ao menos em termos ideais, uma unidade supradenominacional⁵. Portanto, não se trata de fazermos aqui prioritariamente uma reflexão acerca de urubus rondando estruturas denominacionais. Temos de aprofundar a reflexão para compreendermos os urubus que estão diante da Igreja em si (como uma totalidade).

Novo problema surge quando pensamos em termos de Igreja enquanto *communio sanctorum* e Igreja enquanto instituição. Isto porque, apesar de não podermos traçar uma distinção nítida e perfeita entre ambas, sabemos que a realidade institucional substitui a realidade pneumatológica e, por que não dizer, substitui a realidade crística? Na verdade, no horizonte do senso comum da *congregatio fidei*, não há distinção entre a fala de Jesus e a Igreja institucionalizada. *A pregação da Igreja funde-se com a pregação de Jesus de forma que Jesus torna-se desnecessário*⁶. Digo aqui pregação da Igreja de modo genérico, pois é óbvio que as pregações são filtradas positiva ou negativamente pelas respectivas congregações de santos. Este problema é, ao meu ver, delicadíssimo, coisa a ser tratada com cuidado cirúrgico.

Na reflexão de índole crítica poder-se-ia indagar pela relação que há entre a fé manifestada pela Igreja e as ideologias, ou melhor, indagar pela forma através da qual as ideologias substituem a fé e o compromisso com Jesus de Nazaré⁷. A bem da verdade, o povo eclesiástico não gosta da reflexão crítica. Parece que esta reflexão não tem consonância com a fé (ou com a ideologia professada), uma vez que a reflexão crítica tem por fundamento percepção e transformação das configurações desfiguradas e racionalizadoras da realidade. Ora, a *ideologia fidei evita o confronto com Jesus*. É o mesmo processo que estava posto diante de Jesus de Nazaré e a liderança religiosa da comunidade judaica em seu tempo. A Igreja institucional acostumou-se a ver esta comunidade como pagã e infiel. É importante restituir a religiosidade e a fé dos fariseus e saduceus. Estes eram religiosos, tementes a Deus e não agiram de má fé ao condenarem Jesus à morte⁸. Quer dizer, a dimensão em que trafegava Jesus era essencialmente política e desta forma sua mensagem foi captada. Esta é a causa de sua morte, em sua pessoa fundiram-se política e ideologia (ou poder-se-ia dizer “fé” sem afetar o conteúdo expresso pelo termo “ideologia” neste momento empregado) sob forma religiosa⁹. A desagregação destes elementos de sua pessoa, muito longe de ser uma atitude religiosa, é atitude de racionalização ideológica e política. Jesus professou e exigiu uma fé absolutamente radical e nesta radicalidade não sobra espaço para uma separação entre o sacro e o profano. Sob este conceito de radicalidade está a convicção do senhorio de Deus.

Peço vênia ao leitor se tenho aparentado desmesurada veia herética até o momento. As questões que até aqui apareceram julguei-as fundamentais para os

propósitos que visou atingir. Do que foi dito, então, pode-se depreender a suspeita de que exista um sério desvínculo entre Jesus e a Igreja. O vínculo estaria realizado apenas entre Igreja e ideologia religiosa, perfeitamente comum em qualquer manifestação do sagrado dentro das mais variadas concepções religiosas. Por isso, a Igreja tem de justificar cuidadosamente seu pretensão vínculo com Jesus. Este vínculo não é automático nem realidade *a priori*, como gostaria a Igreja que fosse¹⁰. A Igreja não pode estar isenta dos riscos da auto-ilusão de que esteja trilhando o caminho correto. Esta auto-ilusão é comum aos processos ideológicos; é comum ao gênero humano. A crítica se faz imperativa na medida em que se busca a autenticidade da própria fé. Fé autêntica e ideologia são dois pólos diante dos quais estão submetidas a existência da Igreja e a profissão da fé.

Para que, afinal de contas, precisa-se de fé autêntica? Não seria suficiente apenas ter fé? Não é isto que pede Jesus? O problema e o xis da questão é que, conforme julgo, não é esta a fundamental intenção manifesta por Jesus em sua pregação. Se assim fosse, fariseus e saduceus deveriam ser elogiados e não recriminados; se assim fosse, a morte de Cristo poderia ser arquivada como um tropeço em sua caminhada; se assim fosse, a Igreja não teria razão de existência. Veja só, a existência da Igreja se funda no diferencial que há entre a fé professada instantaneamente pelo judaísmo no início da era cristã e o anúncio crístico do *regnum dei*. Para Jesus não é relevante a confissão da fé, mas sim o conteúdo existencial desta mesma confissão. E aqui não se trata apenas da doutrina correta, pois esta não existe de modo absoluto. Quem procura se garantir em torno das doutrinas corretas, da ortodoxia, pode estar se iludindo quanto ao que é cristicamente essencial¹¹. O pecado da Igreja é que ela, institucionalmente, se apropria de modo querigmático desse diferencial crístico e se arroga como intermediária entre o reino de Deus e o “judaísmo”. Assim, a Igreja que desta maneira procede não é senão mais outro judaísmo.

Não é novidade o que levanto aqui. A relação entre Jesus e a Igreja é peça delicada da teologia, como é também a relação entre o anúncio do reino de Deus e sua concretização eclesial. Como pode a Igreja manter-se fiel ao senhorio de Deus em Cristo? De que forma pode ela lavar-se de seu *modus vivendi* para adequar-se à intenção manifesta por seu Senhor em torno de seus discípulos? Digo aqui *modus vivendi* porque o que está em jogo é o *status quo ecclesiae*, sua institucionalização e petrificação diante da realidade mundana. Sim, realidade mundana, pois é este o verdadeiro campo de atuação divino. Aqui também se está indagando pelas formas de penetração na esfera mundana; de que forma a Igreja pode fermentar a realidade mundana¹². Decerto que não é, prioritariamente, de forma institucionalizada, pois a institucionalização tende a separar, ontologicamente, aquilo que não faz parte da *institutio*¹³.

2 — Igreja e Cristo

Se continuo escrevendo é sinal de que ainda vejo esperança para a Igreja de Cristo. Quer dizer, dou um salto epistemológico e vinculo *via fides* a Igreja, que imagino existir, a Jesus, o Cristo. Nesta vinculação que pressupus, pergunto-me, agora, onde a vinculação se concretiza historicamente? Onde posso encontrar a Igreja que reflete a imagem de Cristo, o anúncio de Jesus dentro da realidade contemporânea? A tarefa aqui é dupla; de um lado tarefa cristológica, compreender quem seja Jesus, e, de outro, tarefa de compreender quem seja a Igreja diante da modernidade.

No caso da primeira tarefa, compreender quem seja Jesus implica a re-leitura contínua e aplicada dos textos bíblicos. Esta leitura tem de se fazer de forma crítica e, sem esta metodologia, evitam-se o confronto e a distinção que se deve ter em relação a Jesus, ao outro que fala. A Bíblia não é um texto por si só sagrado; não é palavra de Deus em sentido absoluto. Não se exige que as mãos sejam lavadas antes da leitura. A sacralidade do texto está subjacente ao próprio texto. Digamos assim, a palavra de Deus encontra-se escondida no texto; não é o próprio texto, está além dele. Portanto, quem seja Jesus depende de como a leitura da Bíblia é feita¹⁴.

A segunda tarefa consiste em perguntar onde está a Igreja. Esta, tal qual os textos bíblicos, está atrás, além da própria instituição. Tal qual a Bíblia, a instituição é estrutura que sustenta a Igreja, e esta é muito maior do que o esqueleto. Aliás, poder-se-ia indagar pela própria relevância do esqueleto. Quem precisa do esqueleto é a comunidade de pessoas que articulam o cumprimento da tarefa que julgam possuir em comum, o anúncio do evangelho. A instituição é inerente à comunidade humana e, por isso mesmo, não tem jeito de ser Igreja sem instituição. O problema surge com os urubus rondando a Igreja, que, neste caso, *via fides* (salto epistemológico), *rondam apenas a instituição; nem as portas do inferno nem bicadas de urubu podem destruir a Igreja.*

3 — Igreja e IECLB

Mudamos agora de cenário e época. O texto acima escrito conta com cinco anos de mumificação. Encontrei-o por acaso, ao revirar material antigo, arquivado em disquetes. Interessante observar a relevância do tema *retro* em função das discussões em torno da reestruturação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O próprio termo “reestruturar” parece um pesadelo. A IECLB vai chacoalhar o esqueleto para ver o que acontece.

Para tornar curta e grossa a conversa, quero entender que uma verdadeira reestruturação tem de pautar-se por ouvir o espírito, colocar em primeiro lugar a mensagem original que a Igreja recebeu e, *a posteriori*, ver como é que fica a instituição. Olhando ao longe a instituição atual da IECLB (pré-reestruturação) e

ignorando o rumo atual das conversas em torno das reestruturações propostas para a IECLB, coloco em pauta três pilares que me parecem estar putrefantes na atual estrutura, motivo provável da aproximação de simbólicos catartídeos.

1. Administração da vida comunitária

O termo “bispo” foi rejeitado pelas bases da IECLB. Ainda bem. Não porque eu tenha algo contra o termo; tenho algo contra o uso que o mesmo assume hodiernamente, indicando alguém superior dentro das instituições, termo perfeito e verdadeiro símbolo da hierarquia. Parece-me que a hierarquia, herança da Igreja petrificada, é fortalecida por conceitos estruturais escondidos em termos como “bispo”.

Contudo, não me refiro somente ao termo “bispos”. Penso que é bem possível reestruturar (conceito bem na moda) o termo “bispo” e utilizar qualquer outro termo sem afetar o conteúdo nefasto do conceito. O termo traveste-se em pele de ovelha. Por isso, antes de atacar o conceito de bispo é preciso compreender que o termo “pastor” e sua função na atual IECLB já exercem as funções dos bispos na Igreja primitiva¹⁵, incluso com o agravante de exclusão do plural na vida das comunidades. Uma reestruturação que se preze tem de abrir espaço para os bispos na vida da comunidade. Manter o pastor e o pastorado nos moldes atuais é cair o sepulcro, mesmo que se mudem os nomes.

2. Batismo

Uma reestruturação séria da IECLB tem que alterar a prática do Batismo de infantes. Isto só não pode ser uma intromissão, de cima para baixo, da superestrutura, na vida das comunidades. Na reestruturação deve ser aberto o espaço, feito o convite, estimulada a prática do Batismo de adultos exclusivamente. Deve haver comunidades com autonomia suficiente para tomar a decisão de caminhar nesta direção; pastores devem aceitar o desafio de instruir a comunidade para que a realidade do Batismo de infantes possa ser modificada. Sonhando com o todo da IECLB, poderíamos passar uma geração sem batizar as crianças. Longe de apagar a importância do Batismo, a IECLB poderia ter o período mais fértil de discussão do tema. Sem dúvida, 20 anos sem um batizado (na pressuposição de crescimento zero *extra muros*) na vida de uma comunidade forneceria todo o húmus necessário para uma teologia batismal consistente e até mesmo exportável, não só para as igrejas que persistem no Batismo de crianças, mas também para aquelas de tradição anabatista.

3. Profissionalismo remunerado

Finalmente, há que se reestruturar o conceito de um pastorado profissional remunerado. Este modelo é incompatível com a IECLB na conjuntura vigente. O pastorado não pode ser profissão, e esta deve ser distinta da vocação. A justaposição dos termos é outra herança institucional que cheira mal. O pastorado é vocação, não profissão. Pode ser remunerado, mas esta não pode ser a regra, é a exceção. Sem remuneração do pastorado poderemos restituir, na prática, o sacerdócio universal de todos os crentes conforme queria Lutero.

Cada um destes pilares a que me referi tem profundas raízes e sustenta outros cacos mais. Por exemplo, o profissionalismo remunerado vincula-se à idéia da ordenação ministerial. Retire-se o profissionalismo remunerado da pauta e, depois, é possível discutir o que vem a ser a ordenação. Na verdade, uma profunda reforma da IECLB não precisa atacar os três pontos acima mencionados. Atacando um deles, a médio e longo prazo os outros cairão por si.

Quem chegou até aqui na leitura haverá de compreender por que a Igreja Católica Romana não aceitou facilmente as idéias de Lutero. Elas envolviam questões estruturais maiores da Igreja Romana. Também há que se ter clareza da dimensão política das verdadeiras reformas espirituais. Felizmente a morte não pode destruir o evangelho encarnado em Jesus, e Lutero não foi morto, de forma que sua pregação encontrou eco no coração do povo. A reestruturação da IECLB se cristaliza na dimensão política de todos os atores vinculados à instituição. Tomar consciência desta dimensão pode ser a melhor forma de encaminhar a reestruturação da IECLB na direção de uma verdadeira reforma do espírito.

Em síntese, é de bom alvitre conclamar a IECLB a que se empenhe numa verdadeira reforma da Igreja denominada IECLB. Reestruturar é pouco; o mau cheiro vai voltar depressa.

Notas

- 1 Deixei as funções pastorais em fevereiro de 1992.
- 2 Assim conforme a declaração de Jesus a Pedro em Mt 16.18 e paralelos. *Kago de soi lego oti sy ei Petros, kai epi taute te petra oikodomeso mou ten ekklesian, kai pylai adou ou katischysousin autes.* No caso deste texto não há elementos relevantes de crítica textual. A discussão sobre o significado deste texto tem dividido católicos e protestantes. Aliás, quero ponderar aqui que, institucionalmente, católicos e protestantes já se encontram divididos e por essa razão discordam na interpretação deste e de outros textos, *id est*, a exegese textual é determinada por elementos externos ao texto, a velha *eisegese*. Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema vide O. CULLMANN, *Pedro* : discípulo, apóstolo, mártir, São Paulo : ASTE, p. 176-269.
- 3 Vide introdução ao problema em D. GUTHRIE, *New Testament Theology*, p. 701-716. Uma discussão pertinente deste problema, a partir do ponto de vista teológico-sistemático, está em P.

- C. HODGSON, R. C. WILLIAMS, *The Church*, in: *Christian Theology: An Introduction to Its Tradition and Tasks*, Philadelphia: Fortress, 1982, p. 223-247.
- 4 Sobre a discussão deste problema, sob um ponto de vista estritamente sistemático, vide F. SCHLEIERMACHER, *The Christian Faith*, Philadelphia: Fortress, 1928 (edição inglesa de 1976), p. 676-695.
- 5 Isto, teoricamente, é reconhecido por todas as denominações não-sectárias. Vide o artigo de K. BARTH, *A Igreja e as igrejas*, in: ID., *Dádiva e louvor*: artigos selecionados, São Leopoldo: Sinodal, 1986, p. 203-216.
- 6 Solicito a máxima atenção do leitor para o conteúdo desta frase. Na verdade, não sou o primeiro a abordar essa problemática. Todo o livro de H. KÜNG, *Ser cristão*, Rio de Janeiro: Imago, 1976, parece-me uma tentativa de encontrar respostas honestas para o que foi posto aqui.
- 7 Problema discutido com maestria por J. L. SEGUNDO, *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*, São Paulo: Paulinas, 1985, vol. 1, p. 1-217, e apontado também (!) por Bhagwan Shree RAJNEESH, *Palavras de fogo*, São Paulo: Global/Ground, 1981, p. 17s.
- 8 O sentido do termo "má fé" quer indicar que os religiosos que labutaram a favor da morte de Jesus não agiram contrariamente à sua religiosidade.
- 9 Esse debate é interessante, e sua profundidade pode ser percebida por alguns artigos de Uwe WEGNER, em especial *Deu Jesus um sentido salvífico para sua morte?*, *Estudos Teológicos*, v. 26, n. 3, p. 209-246, 1986, e *O que fazem os denários de César na Palestina?*, *Estudos Teológicos*, v. 29, n. 1, p. 87-105, 1989, em contraposição a G. BRAKEMEIER em dois artigos correlatos, *Os culpados da morte de Jesus — aspectos de uma teologia da cruz*, *Estudos Teológicos*, v. 30, n. 3, p. 206-223, 1990, e *A proposta de Jesus: uma discussão com Uwe Wegner*, *Estudos Teológicos*, v. 32, n. 2, p. 192-208, 1992. A frase originadora desta nota clama por um posicionamento diante das ponderações de Wegner e Brakemeier. Quando digo que Jesus foi morto, assumo que sua morte se deu dentro da confluência de interesses pertinentes ao contexto da Palestina do século I. Por isso, discuto aqui com Brakemeier, principalmente por ter ele apresentado o artigo mais recente colocando o debate em pé. Inicialmente, não creio que o artigo de Wegner concernente ao pagamento de impostos a César possa indicar tantas conseqüências de ordem prática (revolução contra o poder dominante, p. ex.) como aquelas que Brakemeier julga ver pinceladas em seu artigo de 1990. As ponderações de Brakemeier, em parte, não invalidam a exegese de Wegner; aliás, ratificam a ambigüidade do dito de Jesus. A utilização dos denários romanos na vida cotidiana certamente comprometia a classe dirigente com o Império de Roma. Pensar doutra forma seria colocar diante de nós o mesmo problema que os sacerdotes colocaram diante de Jesus. Quer dizer, a resposta de Jesus evidencia o repúdio à tributação romana e, ao mesmo tempo, implica a busca decisiva da vontade de Deus. A posição de Brakemeier, no fundo, é a sedimentação de Rm 13 (e da teologia luterana) aplicada à pessoa de Jesus. Se assim fosse, ele deveria ter sido rejeitado pelo povo em geral, tal qual a classe dirigente tinha sido rejeitada. A questão é que, do modo de atuação proposto por Brakemeier para Jesus, ao meu ver, não se explicam a contento as razões de sua morte. Pressuponho aqui que a morte de Jesus foi radicalmente humana, inseriu-se nos conflitos políticos, econômicos e sociais daquela época. Jesus não foi morto por um acidente da natureza, e creio que a instigação para seu martírio pela mão dos principais sacerdotes judeus está suficientemente documentada no Novo Testamento. Destarte, a interpretação teológica desse martírio em termos de *pro nobis* é outro passo de reflexão. Incluir todos na culpa é um passo de abstração legítimo em termos de "teologização" da fé, mas completamente ilegítimo do ponto de vista exegético. Os culpados pela morte de Jesus não são todos, pois "todos" é uma abstração. A declaração de Pilatos de que o réu era inocente (nota 16), ainda assim não serve de argumento de que Jesus teria apoiado o pagamento de tributo a Roma dada a ambigüidade de seu discurso; ele falou para que os sábios não entendessem. Creio mesmo que essa ambigüidade da fala de Jesus era proposital. Ela era necessária para evitar que ele fosse

rotulado desta ou daquela forma por seus adversários. Tal procedimento é perceptível em personagens de excepcional carisma pessoal (p. ex., o líder hindu B. S. Rajneesh [Osho], Buda nos ditos a ele atribuídos e os líderes messiânicos). Por fim, certamente “é inquestionável a necessidade de utopias” (BRAKEMEIER, 1992, p. 204). Também é certo que o reino de Deus não se constrói pela vontade humana; ele está, pela fé, em meio aos seres humanos por vontade divina. Contudo, o reino de Deus é mais do que anúncio escatológico. Ele perpassa a história e nela tem paixão de acontecer. Esta é a razão da petição “venha o teu reino”. Portanto, não julgo adequada a separação que Brakemeier faz entre história e reino de Deus. *Cada experiência socialista fracassada espelha, de fato, o fracasso de implantação definitiva do Reino como também a experiência da Igreja institucionalizada igualmente espelha esse fracasso.* Os mesmos argumentos de Brakemeier utilizados em relação ao socialismo deveriam ser aplicados à Igreja como tal. Se refletimos sobre a falência do socialismo, deveríamos refletir com a mesma seriedade sobre a falência do cristianismo institucionalizado. Contudo, felizmente o reino de Deus não se esgota no socialismo como também não se esgota na Igreja.

- 10 E aqui não basta que pensemos a teologia cristã como *sui generis*, como palavra de Deus distinta das outras, como faz K. Barth. A Igreja insere-se na religião comum; quanto mais quer fugir desta realidade, mais comum se torna. Como bem disse Pascal: “O homem não é nem anjo nem besta. Mas a desgraça quer que, quanto mais anjo quer ser, mais besta fica.”
- 11 Cf. Egbert OSSEWAARDE, É possível uma fé pós-moderna?, *Estudos Teológicos*, v. 33, n. 1, p. 97-116, 1993; ID., O princípio protestante segundo Baeske, Dobberahn e Wulfhorst, *Estudos Teológicos*, v. 33, n. 3, p. 294-299, 1993.
- 12 É importante que se recorde que a palavra evangélica do mestre é de envio e não de retirada.
- 13 Esse tipo de pensamento é comum no universo da vivência e reflexão eclesiológica.
- 14 J. JEREMIAS, *The Quest of the Historical Jesus*, Philadelphia : Fortress, 1964, 27 p., preocupou-se em aprofundar as perguntas e respostas relativas à historicidade de Jesus em função dos textos. Creio que suas conclusões são perfeitamente válidas.
- 15 A bibliografia sobre esse tema é abundante, mesmo que não forneça as indicações neste momento.

Marcos Kruse
Rua Nelson Abraão, 2164
Zona 05
87015-230 Maringá — PR